

Parlamentar vota seu

Congresso

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quinta-feira, 18 de maio de 1989

7

aumento e esquece mínimo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem o aumento dos salários dos parlamentares — que passam de NCz\$ 5 mil 975,66 para NCz\$ 7 mil 757,33 — mas não votou o novo valor do salário mínimo nem a legislação salarial que deverá vigorar após o descongelamento. As três matérias estavam na ordem do dia, sendo aprovado apenas o projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos de deputados e senadores.

A aprovação do reajuste dos parlamentares surpreendeu as lideranças partidárias na Câmara que, no momento, tentavam fechar acordo, reunidos na liderança do PMDB, para o Piso Nacional de Salários e, ainda, para a nova política salarial. Provocou também reações diversas. Os partidos de esquerda classificaram a votação como “absurda e insensata”. Já o pedessista Gerson Pêres achou que “foi uma boa, porque estamos com o salário congelado há cinco meses”.

A idéia que predominou, porém, foi a de que a aprovação dos seus próprios vencimentos, sem que fosse definida a futura política salarial e o novo PNS, vai ter uma repercussão bastante negativa junto à sociedade em geral. A inexistência de uma política salarial, desde 15 de janeiro último, quando foi editado o Plano Verão, é apontada por setores do Governo,

empresários e sindicatos, como o principal motivo para o vendaval grevista que assola o País de ponta a ponta.

Em função disso, os líderes partidários fecharam acordo no sentido de que os três projetos relativos a questões trabalhistas — Lei de Greve, PNS e política salarial — sejam votados hoje de qualquer maneira, mesmo que seja por acordo de lideranças, o que elimina a necessidade de haver quorum.

NEGOCIAÇÕES

As negociações sobre o novo PNS se arrastaram por todo o dia de ontem, sem que se chegasse a um acordo definitivo. Os partidos de esquerda recuaram da fixação do salário mínimo em NCz\$ 150, a partir de 1º de junho, e já concordam com NCz\$ 130. O PMDB apresentou proposta de NCz\$ 120. Já o PFL não admitia a possibilidade de ir além de NCz\$ 110.

Mas manteve-se o consenso, fechado antontem, de que o PNS será reajustado mensalmente, de acordo com a taxa de inflação (IPC) do mês anterior, e terá ganho real de 3 por cento ao mês até que seja dobrado. No entanto, as implicações do ganho real nas despesas da Previdência Social, fizeram com que se chegasse a acordo no sentido de que o aumento real seja acu-

mulado nos primeiros quatro meses, sendo concedido integralmente em outubro, o que daria um ganho real de 12,6 por cento. A partir daí, seria creditado ao salário bimestralmente, o que resultaria em aumento de 6,09 por cento.

ROMBO

Por exigência do líder do PFL, José Inocêncio (MG), a reunião, iniciada às 10h e encerrada às 20h45, foi interrompida por duas vezes. O parlamentar pefelista argumentou que precisava saber qual seria o impacto do novo valor do salário mínimo nas contas da Previdência Social. Mais tarde, revelou que a fixação do PNS em NCz\$ 120, como propõe o PMDB, implicaria num rombo para os cofres da Previdência da ordem de 6 bilhões de dólares, enquanto o ganho real de apenas 1 por cento ao mês aumentaria a despesa com pensões e benefícios em 170 milhões de dólares.

As discussões sobre a futura política salarial giraram em torno de duas propostas: reajuste mensal, tese aprovada pela Comissão de Trabalho da Câmara, e, ainda, reajuste trimestral, e disparo automático do gatilho sempre que a inflação ultrapassar 5 por cento, como propõe o projeto apresentado pelo deputado Osmundinho Rebouças (PMDB-CE).